



EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019.

PREÂMBULO

O Município de Saquarema do Estado do Rio de Janeiro, através do Senhor Secretário João Alberto Teixeira Oliveira, torna público que fará realizar licitação na modalidade de “PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇO Tipo Menor Preço global, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, através do Processo Administrativo nº. 13.342/2018, que será realizado no dia 25/01/2019 às 11:00.

O PREGÃO será disciplinado por este EDITAL e seus elementos integrantes, pela Lei Federal nº 10.520, de 17 / 07 / 2002, publicada no DOU. de 18 / 07 / 2002, pelo Decreto Municipal n.º 1.150 de 13.12.2011, pelo Decreto Municipal Nº 1.383 de 2014 e no que couber pela Lei Federal 8.666/93, pela Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto neste Edital, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa, pelo critério de julgamento do Menor Preço Global, através do Processo Administrativo nº 13342/2018.

O PREGÃO será conduzido pelo PREGOEIRO: Leonardo André C. J. Simões, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, composta por Jaqueline Gouveia da Silva, Caroline Santos Ramos Marinho, Waldir Carneiro de Souza Júnior, Jorge Luiz Pereira de Matos Silva, Flavio Fernandes José da Silva e Ricardo Sodré Aguiar, conforme designação contida na Portaria Nº 406 de 03 de setembro de 2018.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE NAZARETH, POLICLÍNICA MUNICIPAL CARLOS CAMPOS DA SILVEIRA, POSTOS DE URGÊNCIA, POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E CENTRAL DE REGULAÇÃO, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, solvência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.3. Não serão admitidas à Licitação as empresas suspensas pela administração do direito de licitar, no prazo e nas condições de impedimento. As declaradas inidôneas pela administração direta ou indireta,



inclusive fundações, nos níveis Federais, Estaduais e Municipais, bem como as que estiverem em regime de concordata ou falência.

2.4. Não será permitida a participação de Licitante que possua em seus quadros servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Saquarema, ou qualquer vínculo com os mesmos, observando o disposto no artigo 9º, inciso III e parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, o proponente deverá comprovar que detém poderes para a formulação de propostas e para a prática dos atos relativos ao certame, apresentando-se junto ao Pregoeiro munido de documento que o habilite.

3.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes, para análise pela Equipe de Apoio.

3.3. O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada licitante e comparecerá à sessão munido dos seguintes documentos:

a. Cópia e original da Carteira de identidade ou de qualquer outro documento com foto, reconhecido e devidamente inscrito no Órgão a que pertencente;

b. Sendo realizado por dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá este apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedade comercial ou sociedade por ações, deve estar acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>; No caso de sociedade civil, o responsável deve apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deve ser apresentado o decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

c. Procuração pública ou particular com firma reconhecida ou Credenciamento conforme o Anexo II, exceto quando o representante a ser credenciado pelo licitante possuir poderes de representação da mesma, independente de autorização de outrem, constante dos documentos previsto no item “b”;

d. O licitante deverá apresentar a declaração em atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002 (conforme Anexo III), porém será indispensável a apresentação da referida Declaração, sob pena de inaptidão para participar do certame;

e. O licitante enquadrado na condição de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP deverá apresentar:

e.1 Declaração de enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ANEXO XII);

e.2 Declaração ou Documento congênere que confirme o enquadramento declarado pela empresa na condição de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, registrada no respectivo órgão de registro público (JUCERJA).

e.3. O licitante que, por inobservância, deixar de apresentar a Declaração ou Documento Congênere exigido no item “e.2” deste item, poderá, a critério do Pregoeiro, ter o documento consultado junto ao órgão de registro através da internet no ato de Credenciamento e, se a consulta for positiva, o mesmo receberá o benefício previsto na alínea “e” deste item.



3.4. Será realizada consulta junto ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual e Federal para verificação dos impedimentos.

3.5. A ausência dos documentos arrolados nas alíneas “a” e “c” não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. A ausência dos documentos arrolados na alínea “b” e “d”, decairá o direito de participar das fases seguintes do certame e, a ausência do documento arrolado na alínea “e” decairá o direito do uso das prerrogativas estabelecidas na Lei Federal 123/06.

4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (A) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B):

4.1. Os ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (A) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope “A” – PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

Rua Cel. Madureira, 77 – Centro – Saquarema – RJ

PROCESSO Nº 13342/2018.

PREGÃO Nº 008/2019– DATA: 25/01/2019 ÀS 11:00 horas.

NOME E ENDEREÇO COMPLETOS DO LICITANTE

Envelope “B” – HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

Rua Cel. Madureira, 77 – Centro – Saquarema – RJ

PROCESSO Nº 13342/2018.

PREGÃO Nº 008/2019– DATA: 25/01/2019 ÀS 11:00 horas.

NOME E ENDEREÇO COMPLETOS DO LICITANTE

4. 2 DAS PROPOSTAS DE PREÇOS



4.2.1 A proposta de preços poderá ser elaborada conforme modelo (Anexo V) deste Edital, obedecidas as disposições do Termo de Referência (Anexo I).

4.2.2. Na proposta de preço deverão constar os seguintes elementos:

a) razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a proposta comercial e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone, e-mail (se houver) e fax;

b) especificações técnicas, marcas, modelo e outros elementos exigidos no Anexo I, de modo a identificar o produto ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

b1) Nos casos em que o objeto licitado for prestação de serviço, não será obrigatório a indicação da marca no campo correspondente na proposta;

c) preços unitário e total em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta;

d) data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura;

e) A Licitante deverá apresentar a declaração de aceitação de todas as condições do edital (ANEXO XI), sob pena de desclassificação da proposta, que deverá ser apresentado juntamente com a proposta;

4.2.3. O preço total proposto importará na multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos estimados para a contratação de cada item.

4.2.4. Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário, desde que o julgamento seja menor preço por item. Caso seja por menor valor global, importará o preço total da proposta, sob pena de invalidação da mesma;

4.2.5. Será considerada desclassificada a proposta com valor unitário acima do valor máximo estimado constante da Proposta Comercial – Anexo V deste Edital;

4.2.6. Será considerada desclassificada a proposta que contiver emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pelo Pregoeiro;

4.3. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.

4.4. Nos preços apresentados deverão estar incluídos todos os custos necessários para a execução do serviço.

4.5. A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

4.6. A Administração não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste Edital.

4.7. Em hipótese alguma o pregoeiro receberá envelopes que não estejam lacrados ou que estejam apenas grampeados, sob pena de invalidação da proposta;

4.8. Após a abertura das propostas, não será admitido cancelamento, inclusão ou exclusão de documentos, retirada da proposta ou alteração nas suas condições, ficando o licitante sujeito à suspensão ou cancelamento do seu registro, de acordo com as previsões legais, além da inclusão no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.



4.9. Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo Pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais licitantes.

5. DA SESSÃO DO PREGÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e comprovar a existência dos poderes necessários para a formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

5.1.1. O pregoeiro declarará aberta a sessão e receberá dos licitantes os documentos pertinentes ao credenciamento dos participantes e os envelopes de PROPOSTA DE PREÇOS e HABILITAÇÃO.

5.1.2. A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

5.1.3. Encerrada a etapa de Credenciamento, não serão credenciados novos licitantes. O limite de espera será tolerante em 15 minutos da abertura da sessão.

5.1.4. Em seguida, dar-se-á início à abertura dos envelopes de propostas comerciais para classificação.

5.2. Da Classificação das Propostas:

5.2.1. Após abertas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das mesmas, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

5.2.2. Será declarada classificada, pelo Pregoeiro, a proposta do licitante que ofertar o menor preço, conforme critério de julgamento indicado no preâmbulo deste Edital, bem como as propostas com preços até 10% (dez por cento) superior àquele, obedecendo ao item 4.

5.2.3. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as próximas três melhores propostas subsequentes.

5.2.4. Qualquer discordância entre a descrição contida na Proposta de Preços e o Termo de Referência, nos itens, considerar-se-á a especificação contida na Proposta de Preço (Anexo V), sob pena de Desclassificação.

5.3. Dos Lances:

5.3.1. O Pregoeiro convidará os licitantes classificados, individualmente e de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

5.3.2. O Pregoeiro poderá, em qualquer momento, estipular lances mínimos, a fim de evitar excessos de lances, que retardam o procedimento.

5.3.3. A critério do Pregoeiro, poderá ser acordado entre os licitantes participantes da etapa de lances, valor de redução ou percentual mínimo entre os mesmos e tempo máximo para sua formulação.

5.3.4. Dos lances ofertados não caberá retratação.

5.3.5. Para a classificação de propostas iniciais com preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.



5.3.6. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da continuidade da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

5.3.7. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, todos os licitantes classificados ou convidados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

5.3.8. Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, ainda que seja a única formulada, e o valor praticado no mercado, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente.

5.3.9. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006.

5.3.9.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.3.10. a ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

5.3.10.1. não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, ou sendo inabilitada pela não regularização fiscal no prazo estabelecido no item 8 deste Edital, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes, cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.3.11. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no limite estabelecido no *caput* desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.3.12. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado, desde que cumpridas às condições de habilitação, em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

5.3.13. Caso haja necessidade, o pregoeiro poderá reagendar uma nova data para a continuação do certame.

5.4. Da Exequibilidade dos Preços:

5.4.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade daquela classificada provisoriamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

5.4.1.1. Para fins de aceitabilidade da oferta, o Pregoeiro deverá analisar o preço, em conformidade com a quantidade e a estimativa definida pela Administração, observado o critério de julgamento estabelecido neste Edital.

5.4.2. Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexequível, fica estabelecido o prazo de até 2 (dois) dias úteis, para que o licitante demonstre a exequibilidade do seu preço através de documentos comprobatórios. Se for confirmada a inexequibilidade, o Pregoeiro convocará o próximo licitante melhor classificado, obedecida a ordem de classificação das ofertas até a apuração de uma que atenda as condições estabelecidas neste Edital.

5.4.3. Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:



- a) planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração; e/ou
- b) contratação em andamento com preços semelhantes.

5.4.4. O licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo Pregoeiro, e que não demonstre posteriormente a sua exequibilidade, sujeita-se às sanções administrativas pela não manutenção da proposta, inclusive multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta originária, sem prejuízo de outras sanções como aquela tipificada no art. 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, além das demais cominações legais, observadas a ampla defesa e o contraditório.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro procederá à análise da documentação constante do envelope de habilitação da licitante detentora da proposta de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital. Para a habilitação, a licitante deverá apresentar:

6.1.1. Documentos referentes à **Habilitação Jurídica**:

- a) Para empresário individual: registro comercial;
- b) Para sociedades por ações: última ata de eleição de seus diretores registrada na Junta Comercial e cópia do Estatuto arquivado na Junta Comercial;
- c) Para Sociedade empresárias ou não empresárias: cópia do contrato social e última alteração contratual;
- d) cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.
- e) CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

6.1.2. Documentos referentes à **Regularidade Fiscal**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, mediante apresentação de Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro de Contribuintes do ICMS;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União";
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Municipais;



f) Prova de regularidade perante a Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

g) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF;

6.1.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedidos por entidades da administração Pública, emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado para os quais esteja ou tenha prestado o serviço de acordo com o objeto da Proposta de Preços – Anexo V, e que demonstrem o desempenho satisfatório do fornecimento, de forma que comprove aptidão para o cumprimento do objeto. Não será obrigatório a comprovação de características, quantidades e prazo com o objeto da licitação, evitando assim, restringir o caráter competitivo;

b) Alvará expedido pela Vigilância Sanitária Municipal competente da sede da licitante.

c) Para a execução dos serviços, a licitante deverá disponibilizar profissionais cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) pertencentes às categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

d) A comprovação do vínculo profissional será feita mediante apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato da folha e/ou ficha de registro da empresa, também poderá ser comprovado através de contrato de prestação de serviço autônomo.

6.1.4. Documentos referentes à **Qualificação Econômico-financeira:**

a) Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste edital, exceto quando dela constar o prazo de validade;

a1) Certidão do Cartório Distribuidor indicando quantos são os cartórios, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema;

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração de Resultado) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisórios, exceto nos casos de empresas ou sociedades com início das suas atividades no mesmo exercício em que ocorrer o certame licitatório, podendo ser atualizados na forma prevista na legislação pertinente em vigor;

b1) As demonstrações contábeis e o balanço patrimonial deverão estar acompanhados do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário do exercício apresentado, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.

c) Comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do CÁLCULO DE ÍNDICES CONTÁBEIS previstos conforme ANEXO XIII deste Edital, o qual deverá ser assinado por Profissional Habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), sendo considerada



inabilitada a empresa que não obtiver índice de liquidez corrente e liquidez geral e solvência geral, maiores ou iguais a 1,00 (um), considerando a complexidade e acuidade da execução do objeto a ser contratado tendo por objetivo a correta avaliação da situação financeira do licitante visando o devido cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

d) Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor do orçamento, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei.

6.1.5. Documentação relativa à **regularidade trabalhista**.

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

b) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, para as licitantes sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a firma tem sua sede **ou** Declaração firmada pelo licitante em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República, modelo Anexo VI deste Edital, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, sob as penas da lei.

6.1.6. Declarações e Documentos Complementares:

a) Declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis, conforme modelo do Anexo VIII.

6.1.7 Os documentos relacionados nos itens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3 poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral emitido pela PMS, desde que expressamente indicados no referido cadastro, em vigor na data da realização do Pregão.

6.1.8. No caso de não constar dos mencionados cadastros quaisquer documentos exigidos no item 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3, o licitante deverá incluí-los no envelope de habilitação.

6.1.9. Se os documentos relacionados no item 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3, indicados nestes cadastros, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados documentos vigentes, no envelope de habilitação.

6.3. Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro a verificação das informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo.

6.3.1. A possibilidade de consulta prevista no *caput* não constitui direito da licitante e a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.



6.4. Os licitantes apresentarão documentos em cópias legíveis, autenticadas no cartório competente ou por servidor do Departamento de Licitações e Contratos /membro de apoio pregão.

6.5. Documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

6.6. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz.

6.7. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

6.7.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME e EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial ocorrerá na sessão pública, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização.

6.7.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

6.7.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco (5) dias úteis inicialmente concedidos.

6.7.4. A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.8. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para a realização do pregão, sendo que, na hipótese de inexistir nos documentos prazo expresso de sua validade, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, exceto os documentos enumerados nas letras "a" e "b" do item 6.1.2., os quais não terão as validades limitadas, porém, deverão estar regular conforme determina os órgãos expedidores.

6.9. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste título, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação da licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, e cujo ofertante, uma vez preenchidas as condições de habilitação, será declarado vencedor.

6.10. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

7. DO RECURSO

7.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso.

7.1.1. Aos licitantes que manifestarem a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso;

7.1.2. Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contrarrazões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente.



7.2. O encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária, e protocolizado na Sede da Prefeitura Municipal de Saquarema, das 09:00 às 16:30 h, na Rua Coronel Madureira, n.º 77 – Centro – Saquarema – RJ.

7.2.1. A ausência da comprovação de legitimidade para a interposição do recurso importará no desprovemento do mesmo, podendo a Administração Pública conhecer as razões recursais, mesmo diante do desprovemento.

7.3. O licitante poderá apresentar as razões do recurso na própria sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo pelo Pregoeiro na respectiva ata.

7.4. Após o término da sessão será assegurada vista imediata dos autos a todos os licitantes.

7.5. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que reconsiderando ou não a sua decisão, os encaminhará devidamente informados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Procuradoria Jurídica e após parecer será encaminhado à Autoridade Superior para decisão.

7.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso.

7.7. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

8. DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do pregão com o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços ofertados, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos além de outros registros pertinentes.

8.2. O procedimento de Homologação do certame é atribuição da Autoridade Competente da PMS e ocorrerá após o julgamento e decisão dos recursos, casos existam, após a devida análise do procedimento pela Assessoria Jurídica aplicando-se o estabelecido no Decreto Municipal n.º 694, de 04.01.2008.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, respeitadas a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a Secretaria Municipal de Saúde convocará os interessados para, no prazo de cinco dias úteis contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

9.2. Poderá, a proposta do licitante, ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Secretaria Municipal de Saúde conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação dos licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

9.3. Após a publicação da Ata do Registro de Preços no D.O.S. (Diário Oficial do Município de Saquarema), poderá ser emitida "Autorização Para Fornecimento" dentro do prazo de validade do Registro.



9.4. A Ata de Registro de Preços não obriga a Secretaria Municipal de Saúde a solicitar os itens nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

9.4.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a Secretaria Municipal de Saúde optar pela prestação do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

9.5. a Secretaria Municipal de Saúde avaliará o mercado, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço;

9.5.1. Havendo alteração, deverá ser publicada a Ata com os novos preços reajustados em D.O.S. (Diário Oficial do Município de Saquarema). A publicação periódica só se faz necessária, caso haja alterações nos preços, conforme Inciso IV, do Artigo 4º, do Decreto 466/2014.

9.6. Da Ata constarão, também, as obrigações da Secretaria Municipal de Saúde e dos Fornecedores.

10. DA VIGÊNCIA e DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da ata e consequentemente da assinatura dos licitantes, nos termos do art. 9º do Decreto Municipal n.º 1.150 de 13.12.2011;

10.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a Prefeitura Municipal de Saquarema, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013.

10.3. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Prefeitura Municipal de Saquarema, conforme estabelece a legislação vigente em nosso ordenamento jurídico.

10.4. Os quantitativos a serem disponibilizados decorrentes das adesões obedecerão ao disposto no parágrafo 4º, do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/13.

11. DO REAJUSTE

11.1. O reajuste deverá ser de acordo com a oscilação do mercado, observando os registros no banco de dados da pesquisa de mercado disponível no Departamento de Compras e em conformidade com os dispositivos legais descritos no Art. 65 da Lei 8.666/93.

11.2. Os registros dos preços licitados, preferencialmente, a cada trimestre, serão objeto de pesquisa e confronto com os valores praticados no mercado, para publicação no órgão oficial do município para manutenção do status atual, supressão e/ou acréscimo valor.

11.3. Os preços registrados obedecerão aos critérios de prática de mercado, sendo considerado o valor do preço de mercado, no qual acarretará imediata supressão a este, sempre que a oscilação representar fornecimento em condição prejudicial ao município.



11.4. A empresa fica ciente da obrigação de a qualquer tempo, apresentar cópias das notas fiscais de aquisição dos produtos, para fins de orientação de prática de equilíbrio econômico financeiro, sem prejuízo de valor ao município.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação se efetivará por Contrato conforme 62 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações ou por Autorização Para Fornecimento (Anexo IX), conforme faculta o §4º do art. 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas condições gerais serão as constantes do presente Edital.

12.2. O contrato decorrente da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º. 8.666 de 21.06.1993.

12.3. As contratações decorrentes deste registro de preços observarão a ordem de classificação e a capacidade de atendimento dos prestadores.

12.4. Se a empresa declarada vencedora não assinar o Contrato ou a Autorização Para Fornecimento no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação pela Secretaria Municipal de Saúde, decairá o seu direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93 bem como do art. 7º da Lei Federal 10.520/02;

12.5. Ocorrendo a hipótese prevista no item 12.4, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes para exame das ofertas subsequentes, observada a ordem de classificação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos da proposta registrada.

12.6. A contratada não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o instrumento firmado com a PMS para qualquer operação financeira.

12.7. A contratada deverá manter, durante a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.8. A contratação decorrente desta licitação poderá ser rescindida, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem que a contratada, por isso, tenha direito a qualquer reclamação ou indenização, salvo o executado até o momento da rescisão.

12.9. A rescisão contratual provocada pela inadimplência da contratada acarretará aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º. 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

12.10. O prazo de vigência do contrato será de 11(onze) meses, contatos a partir da data da assinatura do contrato.

12.11. O prazo contratual poderá ser prorrogado, por igual período, e sucessivamente, observando-se o limite previsto no Art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

13. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

13.1. O prazo, local e condições da entrega do material estão definidos no Termo de Referência (Anexo I).

14. – DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO



14.1. - O preço global é estimado no valor de R\$ **1.626.493,50 (Um milhão seiscientos e vinte e seis mil quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos)** pela Administração foi definido conforme os valores constantes na PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa decorrente desta Licitação correrá à conta do Programa de Trabalho e Elemento de Despesa do orçamento vigente.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A nota fiscal deverá ser apresentada mensalmente, a fim de ser atestada e posteriormente encaminhada para pagamento, que deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias;

16.2. A Secretaria Municipal de Saúde somente efetuará o pagamento à CONTRATADA, desde que obedeça às formalidades legais e contratuais previstas;

16.3. “Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações: I - destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Protocolo ICMS 42/2009, Cláusula Segunda);

16.4. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal No. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal No. 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar No. 106, de 31 de julho de 2003 e Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços, com as alterações e regulamentações posteriores.

16.5. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações desde que este atraso decorra de culpa da PMS, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida;

16.6. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o sub item anterior será efetivado mediante a autorização expressa da Secretaria Municipal de Fazenda, em processo próprio, que se iniciará com requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretário (a) Municipal de Fazenda;

16.7. Caso a PMS efetue pagamento devido a contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontada da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de antecipação;

16.8. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observada as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o dispositivo da Lei Federal nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996, na Lei Federal 8.212, de 24 de Julho de 1991 e na Lei complementar nº 116, de 31 de Julho de 2003, combinada com a correspondente Lei Municipal do Local de prestação dos serviços, com suas alterações e regulamentações posteriores;

16.9. No caso de a CONTRATADA ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do Art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida Judicial constante do Art. 36, ambos da instrução normativa SRF, nº 1.234, de 11.01.2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida instrução normativa, sob pena de retenção de tributos da fonte;



16.10. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivos, prosseguindo-se a contagem somente após apresentação da nova documentação isenta de erros.

17. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

17.1. Aos licitantes, na forma prevista no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como considerando o art. 7º da Lei Federal 10.520/02, garantida a ampla defesa, poderá ser aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, àquele licitante que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
- c) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar Autorização Para Fornecimento;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- e) não mantiver a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

17.1.1. Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante estará sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da sua proposta originária.

17.1.2. O prazo do impedimento de licitar e contratar será de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.1.3. As sanções serão registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Prefeitura Municipal de Saquarema por período de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

18. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data da licitação, conforme Decreto Municipal n.º 1.383 de 2014, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição, dirigida à Comissão Permanente de Licitação - CPL, devendo protocolizá-la na Rua Coronel Madureira, nº 77, Sala 211, Centro, Saquarema – RJ.

18.2. No prazo legal, o Pregoeiro receberá as impugnações ao ato convocatório, encaminhando-as à Procuradoria Geral do Município e após a autoridade competente para decisão. O Pregoeiro comunicará as decisões das impugnações no prazo de 24 horas e, sendo acolhidas, será definida e publicada nova data para realização do certame

18.3. Os pedidos de esclarecimentos, obedecido o prazo do subitem 18.1, deverão ser encaminhados à CPL, preferencialmente por meio eletrônico, via internet, via correio eletrônico licitacao@saquarema.rj.gov.br ou pelos telefones (22) 2651-2254 ramal 215.

18.4. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o



licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

19.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, no interesse da Administração:

- a) em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões;
- c) sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no credenciamento, na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

19.3. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes.

19.4. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

19.6. Suspenso o expediente na PMS nas datas previstas, estas ficam automaticamente prorrogadas para o mesmo horário do primeiro dia útil de expediente.

19.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.8. São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – (Modelo) Credenciamento;
- Anexo III – (Modelo) Declaração de que preenche os requisitos de habilitação;
- Anexo IV – (Modelo) Preço Máximo Sugerido Pela Administração;
- Anexo V – (Modelo) Proposta Comercial e planilha de custo unitário dos lotes I,II,III e IV;
- Anexo VI – (Modelo) Declaração de Menor Empregado;
- Anexo VII – (Modelo) Minuta Da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – (Modelo) Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo da Habilitação;
- Anexo IX – (Modelo) Autorização Para Fornecimento;



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

- Anexo X – Minuta de Contrato;
- Anexo XI – (Modelo) Declaração de Aceitação de Todas as Condições do Edital;
- Anexo XII – (Modelo) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo XIII – (Modelo) Análise Econômico-Financeira.

19.9. Os interessados poderão ter acesso ao Edital, e seus anexos junto à Comissão Permanente de Licitação, no endereço supracitado, até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à data do recebimento das propostas, mediante permuta por 1(uma) resma A4.

19.10. As Informações sobre o andamento desta licitação e os casos omissos, bem como dúvidas suscitadas, serão dirimidas pelo Pregoeiro na Comissão de Pregão, situada na Rua Coronel Madureira, nº 77, Sala 211, Centro, Saquarema/RJ ou através dos Telefones (22) 2651-2254 Ramal 215 ou ainda pelo correio eletrônico: licitacao@saquarema.rj.gov.br.

19.12. Fica eleito o foro da Comarca de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Saquarema, 09 de janeiro de 2019.

João Alberto Teixeira Oliveira
Secretário Municipal de Saúde



ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

– DA APRESENTAÇÃO

O Presente Termo de Referência tem sua fundamentação legal nos seguintes dispositivos: CRFB/1988, Lei Federal 8.666/1993, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Federal 7.892/2013 e Decreto Municipal 1.150/2011.

2 – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames de diagnósticos por imagem de Tomografia Computadorizadas para atender as necessidades do Hospital Municipal Nossa Senhora de Nazareth, Policlínica Municipal Carlos Campos da Silveira, Postos de Urgência, Postos de Saúde da Família e Central de Regulação.

3 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 – LOTE I – TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Tomografia Computadorizada do Crânio	2.500
	Tomografia Computadorizada da Órbita	
	Tomografia Computadorizada dos Ossos da Face	
	Tomografia Computadorizada do Seios da Face	
	Tomografia Computadorizada da Mastoide	
	Tomografia Computadorizada da Mandíbula	
	Tomografia Computadorizada dos Arcos Zigomáticos	
	Tomografia Computadorizada Cavum	
	Tomografia Computadorizada do Meato Auditivo Externo	
	Tomografia Computadorizada da Sela Turca	
	Tomografia Computadorizada Pescoço	
	Tomografia Computadorizada da Articulação Temporo – Mandibular (ATM)	
	Tomografia Computadorizada da Clavícula	
	Tomografia Computadorizada do Esterno	
	Tomografia Computadorizada da Escápula	
	Tomografia Computadorizada do Ombro	
	Tomografia Computadorizada do Úmero (braço)	
	Tomografia Computadorizada do Cotovelo	
	Tomografia Computadorizada do Antebraço	
	Tomografia Computadorizada do Punho	
	Tomografia Computadorizada da Mão	
	Tomografia Computadorizada dos Arcos Costais	
	Tomografia Computadorizada da Coluna Cervical	
Tomografia Computadorizada da Coluna Torácica (dorsal)		



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

Tomografia Computadorizada da Coluna Lombar
Tomografia Computadorizada do Sacro
Tomografia Computadorizada do Coccix
Tomografia Computadorizada da Articulação Coxo – Femural
Tomografia Computadorizada do Quadril
Tomografia Computadorizada da Bacia
Tomografia Computadorizada do Femur (coxa)
Tomografia Computadorizada Joelho
Tomografia Computadorizada da Perna
Tomografia Computadorizada do Tornozelo
Tomografia Computadorizada do Calcâneo
Tomografia Computadorizada do Pé

LOTE II – TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Tomografia Computadorizada do Crânio	750
	Tomografia Computadorizada da Órbita	
	Tomografia Computadorizada dos Ossos da Face	
	Tomografia Computadorizada do Seios da Face	
	Tomografia Computadorizada da Mastoide	
	Tomografia Computadorizada da Mandíbula	
	Tomografia Computadorizada dos Arcos Zigomáticos	
	Tomografia Computadorizada Cavum	
	Tomografia Computadorizada do Meato Auditivo Externo	
	Tomografia Computadorizada da Sela Turca	
	Tomografia Computadorizada Pescoço	
	Tomografia Computadorizada da Articulação Temporo – Mandibular (ATM)	
	Tomografia Computadorizada da Clavícula	
	Tomografia Computadorizada do Esterno	
	Tomografia Computadorizada da Escápula	
	Tomografia Computadorizada do Ombro	
	Tomografia Computadorizada do Úmero (braço)	
	Tomografia Computadorizada do Cotovelo	
	Tomografia Computadorizada do Antebraço	
	Tomografia Computadorizada do Punho	
	Tomografia Computadorizada da Mão	
	Tomografia Computadorizada dos Arcos Costais	
	Tomografia Computadorizada da Coluna Cervical	
	Tomografia Computadorizada da Coluna Torácica (dorsal)	
	Tomografia Computadorizada da Coluna Lombar	
	Tomografia Computadorizada do Sacro	
	Tomografia Computadorizada do Coccix	
Tomografia Computadorizada da Articulação Coxo – Femural		
Tomografia Computadorizada do Quadril		



	Tomografia Computadorizada da Bacia	
	Tomografia Computadorizada do Femur (coxa)	
	Tomografia Computadorizada Joelho	
	Tomografia Computadorizada da Perna	
	Tomografia Computadorizada do Tornozelo	
	Tomografia Computadorizada do Calcâneo	
	Tomografia Computadorizada do Pé	

3.3 – LOTE III – TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Tomografia Computadorizada do Abdome Superior (Fígado, Baço, Pâncreas e Rins)	1.200
	Tomografia Computadorizada do Abdome Inferior (Pelve)	
	Tomografia Computadorizada do Tórax	

3.4 – LOTE IV – TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Tomografia Computadorizada do Abdome Superior (Fígado, Baço, Pâncreas e Rins)	750
	Tomografia Computadorizada do Abdome Inferior (Pelve)	
	Tomografia Computadorizada do Tórax	

4 – DA JUSTIFICATIVA

O município de Saquarema faz parte do Estado do Rio de Janeiro, se estende por 353,6 Km² e contava com uma população estimada em 2016 de 83.750 habitantes. A densidade demográfica é de 422,2 habitantes por Km².

O presente objeto que tem por finalidade a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames de diagnósticos por imagem de Tomografia Computadorizadas para atender as necessidades do Hospital Municipal Nossa Senhora de Nazareth, Policlínica Municipal Carlos Campos da Silveira, Postos de Urgência, Postos de Saúde da Família e Central de Regulação.

A Prefeitura Municipal de Saquarema, focada na melhoria da qualidade dos serviços de saúde do Município, tanto na prevenção quanto nas ações corretivas, busca soluções para uma melhor prestação dos serviços aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, das Unidades de Saúde sob sua coordenação.

A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de: (I) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; (II) integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema e (III) igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde a população. Cabe à direção municipal do Sistema



Único de Saúde (SUS) prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde. Para atender às diretrizes do SUS, a Secretaria Municipal de Saúde de Saquarema, identificando a existência de Fila de Espera para os mais diversos tipos de procedimentos de saúde, tais como estes exames acima citados, promoveu importante incremento quantitativo e qualitativo dos níveis de serviço em saúde, por meio da ampliação da oferta de vagas na rede própria e das instituições a ela credenciadas. Do estudo dessas necessidades identificou-se a existência de demanda reprimida relacionada a exames de diagnóstico por imagem para disponibilizar o acesso aos cidadãos que necessitem de avaliação e realização destes procedimentos em quantidade suficiente para atendimento à demanda reprimida em curto prazo, a SMS/Saquarema, considerando a necessidade iminente da realização dos mesmos, e a crescente demanda para essa assistência, entendendo que a capacidade operacional dos equipamentos próprios não atendem a esta demanda, faz necessário então providências para sanar as demandas e solucionar tal problema melhorando assim os serviços de saúde fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

5 – DA EXECUÇÃO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

5.1 A execução do serviço será realizada no local adequado da contratada que deverá ser localizado no Município de Saquarema tendo em vista que alguns dos exames poderão ser de caráter emergencial e além disso a deslocação do paciente até o local da realização do exame.

5.2 Os exames serão realizados mediante solicitação do órgão competente devidamente autorizado pela autoridade competente mediante agendamento previamente com os dados do paciente.

5.2.1 Em caso de urgência deverão ser realizados os exames mesmo sem agendamento prévio ou qualquer outra disposição para que seja assegurado ao paciente o direito a saúde tendo em vista o Princípio da Dignidade Humana.

5.3 Os exames deverão ser realizados por Técnicos competentes e os equipamentos deverão ser de acordo com legislação vigente visando a celeridade e qualidade dos exames.

5.3.1 Para a execução dos serviços, a empresa deverá disponibilizar profissionais cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) pertencentes às categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.4 O encaminhamento e o atendimento ao usuário é realizado de acordo com as regras estabelecidas pela guia de referência e contra referência, e mediante autorização prévia do Departamento que o encaminhou devidamente assinado.

5.5 O atendimento acontece com o ato de acolhimento do paciente, seguido da prestação dos serviços contratados e será efetuado mediante a apresentação da Autorização emitida pela autoridade competente e devidamente assinada.

5.6 O prestador do serviço colocará à disposição dos beneficiários do Sistema de Saúde do Município de Saquarema/RJ todos os recursos necessários ao atendimento dos procedimentos e serviços previstos no Contrato, não diferenciando dos demais pacientes atendidos, sejam particulares ou não, priorizando os atendimentos de urgências e emergências, assim como, as pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário obrigatoriamente.

5.7 Em caso que o usuário esteja internado em alguma unidade de Saúde, será de responsabilidade da CONTRATANTE o transporte do paciente até o local da realização da prestação do serviço, salvo se o local for fora do município de Saquarema/RJ, nesse caso ficará por conta da contratante que na



proposta de preço deverá demonstrar o custo do transporte devidamente detalhado na planilha de custo.

5.8 O prestador do serviço, no ato do atendimento, solicitará ao usuário do Sistema de Saúde do Município de Saquarema/RJ a apresentação da Carteira de Identidade, Cartão SUS e a Solicitação do referido exame, em caso de dúvida deverá a CONTRATADA entrar em contato imediatamente com o setor que solicitou para que seja esclarecido quaisquer dúvidas que poderão surgir.

5.9 Em hipótese alguma, o prestador do serviço poderá realizar qualquer cobrança relativa ao tratamento, diretamente ao usuário, familiar ou seu responsável, por serviços cobertos pelo Contrato, bem como orientar o usuário a pleitear o reembolso posterior junto ao Município de Saquarema/RJ. É expressamente vedada a cobrança de valores adicionais, a qualquer título, por parte do prestador dos serviços, em relação aos usuários;

5.10 O atendimento será realizado em horário comercial.

5.11 Os atendimentos praticados em caráter de Urgência ou Emergência não terão acréscimos no valor proposto pela contratada.

6 – DA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Na execução do contrato a contratada deverá atender as seguintes obrigações:

6.2 Observar, na execução dos serviços, as normas e especificações técnicas a que estiver legalmente vinculado e as estabelecidas neste Projeto Básico, no Edital, e no contrato que vier a ser celebrado;

6.3 Arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas.

6.4 Providenciar, junto aos órgãos competentes, sem ônus para o CONTRATANTE, todos os registros, licenças e autorizações que forem necessárias ao cumprimento do contrato que vier a ser celebrado;

6.5 Fornecer todas as ferramentas, equipamentos necessários à execução dos serviços objeto do contrato, bem como toda a mão-de-obra; certificar-se, respondendo por eventuais descumprimentos, de que todos os Seus empregados utilizam os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tais como, luvas, capas, óculos e outros legalmente exigíveis, concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho;

6.6 Atender aos pedidos fundamentados do CONTRATANTE para substituir ou afastar quaisquer de seus empregados desde que com justificativa efetuada pela SMS; Permitir ao CONTRATANTE, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhes forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;

6.7 Manter, em lugar acessível a qualquer momento, um "Livro de Ocorrências" para o registro de ocorrências e irregularidades constatadas no decorrer da execução

6.7.1 Manter no local da administração de execução contratual:

6.7.2 Livro de Ocorrências;

6.7.3 Cópia do contrato e dos documentos que o integram;



6.7.4 Registro das alterações regularmente autorizadas;

6.7.5 Arquivo ordenado das ordens de serviços, relatórios, pareceres, cópias das correspondências trocadas com a Fiscalização;

6.7.6 Lançar no Livro de Ocorrências, todas as ocorrências relativas a execução dos serviços, tais como anormalidades, substituições de empregados e quaisquer outras alterações relacionadas a prestação do serviço que implique diretamente na qualidade e celeridade dos atendimentos.

6.8 Correrão por conta, responsabilidade e risco da contratada as consequências de imprudência, imperícia ou negligência sua e de seus empregados ou administradores, notadamente: má qualidade dos serviços prestados; Violação do direito de propriedade industrial; furto, perda, roubo, deteriorações ou avarias de materiais ou equipamentos; ato ilícito seu, de seus empregados ou de prepostos, que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual; acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com empregados seus ou com terceiros, na execução dos serviços necessários a execução contratual, ou em decorrência da execução deles;

6.9 O CONTRATANTE poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda, de inobservância ou desobediência as suas determinações, cabendo a contratada, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus encargos decorrentes; quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo contratante, obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo de ação regressiva contra quem tiver dado causa; obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste projeto básico e no edital, cabendo ao contratante, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização. Submeter à prévia aprovação do contratante qualquer alteração das especificações originalmente pactuadas; comunicar ao fiscal dos serviços, no prazo máximo de 48:00h (quarenta e oito horas), os motivos de força maior que possam justificar a interrupção dos serviços.

6.10 Prestar ao Município de Saquarema/RJ esclarecimentos relativos às ocorrências na execução da prestação de serviços.

6.11 Desenvolver diretamente os serviços contratados, não sendo permitida a subcontratação dos serviços que se relacionem especificamente ao objeto do Contrato, sob pena de rescisão contratual imediata.

6.12 Comunicar ao Município de Saquarema/RJ, por escrito, mudança de endereço, de dias e horários de atendimento aos usuários, corpo clínico, exames e serviços prestados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.13 No caso de ocorrer rescisão contratual, independente da parte que deu causa ao rompimento, a conduta profissional perante o paciente em tratamento será pautada pelos princípios do Código de Ética da categoria.

6.14 Aceitar e acatar os atos normativos ou regulamentos emitidos pela Administração do Município de Saquarema/RJ, atendendo as suas normas e diretrizes.

6.15 A responsabilidade técnica pelos profissionais prepostos do prestador do serviço e regularidade perante seus órgãos de classe são de responsabilidade exclusiva do prestador do serviço.

6.16 A responsabilidade civil pelos erros profissionais ou falhas no atendimento que possam comprometer a saúde do paciente ou gerar danos morais ou materiais será suportada, exclusivamente, pelo prestador do serviço.

6.17 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que a



prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os profissionais da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.18 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

6.19 A inadimplência do prestador do serviço, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Saquarema/RJ, nem poderá onerar o objeto do Contrato, razão pela qual o prestador do serviço renúncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Saquarema/RJ.

DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATANTE

7.1 Fiscalizar os serviços prestados de acordo com as especificações.

7.2 Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada.

7.3 Obrigar-se a empenhar, os recursos orçamentários necessários.

7.4 Efetuar o pagamento.

8 – DO OBJETIVOS

9.1 Atender a demandas de Exames de Tomografia Computadorizada das unidades de saúde.

9.2 Contribuir para a qualidade vida da população.

9.3 Atender os munícipes e usuários da nossa rede de saúde.

9 – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Após a solicitação, a contratante deverá realizar os exames conforme o pedido devidamente emitido e autorizado pela autoridade competente.

Após a realização dos serviços que serão conferidos pela comissão designada que emitirá um relatório de fiscalização relatando a condição que foram realizados os exames. **Os exames que apresentarem alteração na qualidade serão desconsiderados devendo a contratada realizar novamente sem qualquer custo a SMS.**

Atestada a (s) nota (s) fiscal (s) será encaminhada ao Fundo Municipal de Saúde para instrução do pagamento juntamente com o relatório de fiscalização.

O pagamento será efetuado até trigésimo dia após a emissão da nota fiscal devidamente atestada.

O pagamento será realizado por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, devendo este ser autorizado pela autoridade competente (Ordenador de Despesa) e obedecer criteriosamente ao rito processual para a instrução do pagamento, à vista das notas fiscais apresentadas quando da prestação do serviço, devidamente atestada por 2 (dois) servidores, até o trigésimo dia subsequente ao recebimento definitivo dos mesmos.

Em caso de irregularidade na documentação fiscal, o prazo de pagamento deverá ser contado a partir da correspondente regularização. Verificada a não conformidade do serviço com o contratado, o prestador deverá promover às correções necessárias se sanáveis, no prazo de 24 horas.

10 – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS



O não cumprimento das disposições deste Termo de Referência implicará sanções descritas no contrato oriundo deste processo além da aplicação de multa e quaisquer outras definidas em qualquer outro instrumento vinculativo entre as partes além das sanções legalmente previstas em lei.

11 – DA GARANTIA

Os serviços a serem prestados deverão obrigatoriamente ter garantia 1 (um) ano a partir da entrega dos exames, não cabendo nenhuma reclamação por parte da contratada, devendo constar de forma escrita essa condição nos instrumentos a serem geridos como ata de registro de preços e contratos administrativos.

12 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o gerenciamento dos instrumentos oriundos deste processo ficarão a cargo dos seguintes servidores:

Jairo Rodrigues Moreira – Administrador da Policlínica Municipal – Mat.: 212482-2.

Alessandra Martins da Costa – Diretora Geral do HMSNS – Mat.: 9497412-1

13 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária está prevista no Programa de Trabalho nº 10.302.0017.2.074.000 – Gestão da Média e Alta Complexidade, Ficha 477, Fonte 1007 e Programa de Trabalho nº 10.301.0016.2.066.000 – Promoção das Ações a Atenção Básica, Ficha 973, Fonte 1007.

14 – VALOR DO OBJETO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

O valor do objeto e a modalidade de licitação será de acordo com a Lei Federal 10.520/2002 c/c Art. 23 e 24 da lei 8.666/1993, observando o Decreto Federal 9.412/2018 publicado em 19 de junho de 2018 a época da elaboração da minuta do edital, fica a CPL autorizada a tomar a melhor decisão sobre o certame.

15 – DA PLANILHA DE CUSTO

A Contratada deverá juntamente com a proposta de preços apresentar a Planilha de Custos conforme prevê a Lei Federal 8.666/1993 no Art. 7, §2º, II e Art. 40, §2º, II observando ainda a Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-n-05-de-26-de-maio-de-2017---Hiperlink.pdf>)

16 – DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

Executado o contrato o seu objeto será recebido da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado (relatório de fiscalização) devidamente assinado pelo tempo em que se fizer necessário para melhor conferência do serviço.



- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado (relatório de fiscalização) após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

A elaboração do Termo Circunstanciado provisória poderá ser suspensa caso a comissão avalie definitivamente desde logo o serviço prestado não sendo assim necessário as duas etapas de fiscalização.

17 – GARANTIA DO SERVIÇO

O serviço contratado terá garantia de 12 (doze) meses, devendo constar cláusula expressa no contrato administrativo a ser celebrado conforme determina o Art. 69 da Lei 8.666/93 sob pena de nulidade do instrumento vinculativo.

18 – DAS ALTERAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para a apresentação da proposta comercial, bem como, para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

19 – DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência foi elaborado conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sendo esta responsável pelas informações ora fornecidas através do Ofício nº.: 136/2018.

20 – DO PRAZO

O prazo para execução dos serviços será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado conforme prevê a legislação vigente.

21 – DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO CONTRATUAL

O reajuste e/ou reequilíbrio contratual poderão ser realizados conforme legislação vigente, devendo ser devidamente instruído e após parecer jurídico e autorização expressa do ordenador de despesa.

22 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A CONTRATADA fica vinculada diretamente a esse Termo de Referência, Edital de convocação, Ata de Registro de Preços e Contrato Administrativo, de modo que a matéria contida nesses documentos deverá ser observada tanto na fase licitatória quanto na execução dos serviços, sob pena de rescisão contratual sem que haja qualquer responsabilidade por parte da CONTRATANTE.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

A memória de cálculo para o presente processo foi elaborada a partir de uma estimativa levantada no processo administrativo 503/2017, diante disso segue a quantidade mensal de exames realizada de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Saúde que engloba o Hospital Municipal Nossa Senhora de Nazareth e Policlínica Municipal Carlos Campos da Silveira.



3.1 – LOTE I – TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE REALIZADA (jun/17 a jun/18)	ESTIMATIVA A SER REALIZADA EM 2018/2018
1	Tomografia Computadorizada do Crânio	2.100	2.500
	Tomografia Computadorizada da Órbita		
	Tomografia Computadorizada dos Ossos da Face		
	Tomografia Computadorizada do Seios da Face		
	Tomografia Computadorizada da Mastoide		
	Tomografia Computadorizada da Mandíbula		
	Tomografia Computadorizada dos Arcos Zigomáticos		
	Tomografia Computadorizada Cavum		
	Tomografia Computadorizada do Meato Auditivo Externo		
	Tomografia Computadorizada da Sela Turca		
	Tomografia Computadorizada Pescoço		
	Tomografia Computadorizada da Articulação Temporo – Mandibular (ATM)		
	Tomografia Computadorizada da Clavícula		
	Tomografia Computadorizada do Esterno		
	Tomografia Computadorizada da Escápula		
	Tomografia Computadorizada do Ombro		
	Tomografia Computadorizada do Úmero (braço)		
	Tomografia Computadorizada do Cotovelo		
	Tomografia Computadorizada do Antebraço		
	Tomografia Computadorizada do Punho		
Tomografia Computadorizada da Mão			



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

Tomografia Computadorizada dos Arcos Costais		
Tomografia Computadorizada da Coluna Cervical		
Tomografia Computadorizada da Coluna Torácica (dorsal)		
Tomografia Computadorizada da Coluna Lombar		
Tomografia Computadorizada do Sacro		
Tomografia Computadorizada do Coccix		
Tomografia Computadorizada da Articulação Coxo – Femural		
Tomografia Computadorizada do Quadril		
Tomografia Computadorizada da Bacia		
Tomografia Computadorizada do Femur (coxa)		
Tomografia Computadorizada Joelho		
Tomografia Computadorizada da Perna		
Tomografia Computadorizada do Tornozelo		
Tomografia Computadorizada do Calcâneo		
Tomografia Computadorizada do Pé		

LOTE II – TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE REALIZADA (jun/17 a jun/18)	ESTIMATIVA A SER REALIZADA EM 2018/2018
1	Tomografia Computadorizada do Crânio	730	750
	Tomografia Computadorizada da Órbita		
	Tomografia Computadorizada dos Ossos da Face		
	Tomografia Computadorizada do Seios da Face		
	Tomografia Computadorizada da Mastoide		
	Tomografia Computadorizada da Mandíbula		
	Tomografia Computadorizada dos Arcos Zigomáticos		



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

Tomografia Computadorizada Cavum		
Tomografia Computadorizada do Meato Auditivo Externo		
Tomografia Computadorizada da Sela Turca		
Tomografia Computadorizada Pescoço		
Tomografia Computadorizada da Articulação Temporo – Mandibular (ATM)		
Tomografia Computadorizada da Clavícula		
Tomografia Computadorizada do Esterno		
Tomografia Computadorizada da Escápula		
Tomografia Computadorizada do Ombro		
Tomografia Computadorizada do Úmero (braço)		
Tomografia Computadorizada do Cotovelo		
Tomografia Computadorizada do Antebraço		
Tomografia Computadorizada do Punho		
Tomografia Computadorizada da Mão		
Tomografia Computadorizada dos Arcos Costais		
Tomografia Computadorizada da Coluna Cervical		
Tomografia Computadorizada da Coluna Torácica (dorsal)		
Tomografia Computadorizada da Coluna Lombar		
Tomografia Computadorizada do Sacro		
Tomografia Computadorizada do Coccix		
Tomografia Computadorizada da Articulação Coxo – Femural		
Tomografia Computadorizada do Quadril		
Tomografia Computadorizada da Bacia		



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

	Tomografia Computadorizada do Femur (coxa)		
	Tomografia Computadorizada Joelho		
	Tomografia Computadorizada da Perna		
	Tomografia Computadorizada do Tornozelo		
	Tomografia Computadorizada do Calcâneo		
	Tomografia Computadorizada do Pé		

3.3 – LOTE III – TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE REALIZADA (jun/17 a jun/18)	ESTIMATIVA A SER REALIZADA EM 2018/2018
1	Tomografia Computadorizada do Abdome Superior (Fígado, Baço, Pâncreas e Rins)	1.110	1.200
	Tomografia Computadorizada do Abdome Inferior (Pelve)		
	Tomografia Computadorizada do Tórax		

3.4 – LOTE IV – TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE REALIZADA (jun/17 a jun/18)	ESTIMATIVA A SER REALIZADA EM 2018/2018
1	Tomografia Computadorizada do Abdome Superior (Fígado, Baço, Pâncreas e Rins)	720	750
	Tomografia Computadorizada do Abdome Inferior (Pelve)		
	Tomografia Computadorizada do Tórax		

ANEXO II – (MODELO)

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)



PROCESSO: 13342/2018

Pregão Nº 08/2019

CRENCIAMENTO

Por este instrumento particular, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante representante o(a) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao Pregão 08 / 2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do convite inclusive apresentar, os envelopes e PROPOSTA DE PREÇOS (A) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) em nome da Outorgante, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo presidente, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

Saquarema,** de ***** 2019

Assinatura/Carimbo Representante Legal

OBS.1: O Credenciamento deverá ser apresentado junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes, apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelo representante legal da empresa.

OBS.2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar pela sociedade, a falta de qualquer uma delas invalida o documento, salvo se for saneada no momento do credenciamento.



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO: 13342/2018

PREGÃO Nº: 08/2019

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/02, declara que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão nº 08/2019. Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

.....
(data)

.....
(Assinatura/Carimbo representante legal)

OBS.:

*Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, **fora dos envelopes**. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em **papel timbrado da licitante** e estar assinada pelo representante legal da empresa.*



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

Anexo IV – (MODELO) PREÇO MÁXIMO SUGERIDO PELA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U.M.	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	LOTE I – Tomografia computadorizada com contratos (conforme termo de referência)	Und	2500	285,00	712.500,00
02	LOTE II - Tomografia computadorizada sem contratos (conforme termo de referência)	Und	750	325,00	243.750,00
03	LOTE III – Tomografia computadorizada com contratos (conforme termo de referência)	Und	1200	328,33	393.996,00
04	LOTE IV - Tomografia computadorizada sem contratos (conforme termo de referência)	Und	750	368,33	276.247,50
TOTAL GERAL R\$					R\$ 1.626.493,50



ANEXO V

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

PROPOSTA DE PREÇO COM O VALOR TOTAL DOS LOTES I, II, III E IV

PROCESSO nº 13342/2018

Pregão 008 / 2019

Estamos encaminhando a esta Prefeitura proposta de preço de serviços especializado em exames de diagnósticos por imagem de Tomografia Computadorizadas para atender as necessidades do Hospital Municipal Nossa Senhora de Nazareth, Policlínica Municipal Carlos Campos da Silveira, Postos de Urgência, Postos de Saúde da Família e Central de Regulação, conforme informações contidas no Processo Administrativo nº 13342/2018. Para tanto informamos que a validade da mesma é de 60 (sessenta) dias, e o prazo de fornecimento será de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	U.M.	QUANT.	VALOR TOTAL
01	Serviços de tomografia computadorizada com e sem contrastes em diversas áreas do corpo	und	5200	

valor total de R\$xxxxxxxx,(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

Razão Social:

CNPJ:

Dados Bancários:

Telefone:

Local/Data:

(Assinatura/Carimbo Representante Legal)



PLANILHA DE CUSTO UNITÁRIO DO LOTE I

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE

ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Tomografia Computadorizada do Crânio Tomografia Computadorizada da Órbita Tomografia Computadorizada dos Ossos da Face Tomografia Computadorizada do Seios da Face Tomografia Computadorizada da Mastoide Tomografia Computadorizada da Mandíbula Tomografia Computadorizada dos Arcos Zigomáticos Tomografia Computadorizada Cavum Tomografia Computadorizada do Meato Auditivo Externo Tomografia Computadorizada da Sela Turca Tomografia Computadorizada Pescoço Tomografia Computadorizada da Articulação Temporo – Mandibular (ATM) Tomografia Computadorizada da Clavícula Tomografia Computadorizada do Esterno Tomografia Computadorizada da Escápula Tomografia Computadorizada do Ombro Tomografia Computadorizada do Úmero (braço) Tomografia Computadorizada do Cotovelo Tomografia Computadorizada do Antebraço Tomografia Computadorizada do Punho Tomografia Computadorizada da Mão Tomografia Computadorizada dos Arcos Costais Tomografia Computadorizada da Coluna Cervical Tomografia Computadorizada da Coluna Torácica (dorsal) Tomografia Computadorizada da Coluna Lombar	UND	2.500		



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

Tomografia Computadorizada do Sacro				
Tomografia Computadorizada do Coccix				
Tomografia Computadorizada da Articulação Coxo – Femural				
Tomografia Computadorizada do Quadril				
Tomografia Computadorizada da Bacia				
Tomografia Computadorizada do Femur (coxa)				
Tomografia Computadorizada Joelho				
Tomografia Computadorizada da Perna				
Tomografia Computadorizada do Tornozelo				
Tomografia Computadorizada do Calcâneo				
Tomografia Computadorizada do Pé				

OBS.: ESTA PLANILHA DEVERÁ ESTAR ASSINADA, CARIMBADA E EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DENTRO DO EVELOPE "A" PROPOSTA DE PREÇO.



PLANILHA DE CUSTO UNITÁRIO DO LOTE II
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE

ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Tomografia Computadorizada do Crânio Tomografia Computadorizada da Órbita Tomografia Computadorizada dos Ossos da Face Tomografia Computadorizada do Seios da Face Tomografia Computadorizada da Mastoide Tomografia Computadorizada da Mandíbula Tomografia Computadorizada dos Arcos Zigomáticos Tomografia Computadorizada Cavum Tomografia Computadorizada do Meato Auditivo Externo Tomografia Computadorizada da Sela Turca Tomografia Computadorizada Pescoço Tomografia Computadorizada da Articulação Temporo – Mandibular (ATM) Tomografia Computadorizada da Clavícula Tomografia Computadorizada do Esterno Tomografia Computadorizada da Escápula Tomografia Computadorizada do Ombro Tomografia Computadorizada do Úmero (braço) Tomografia Computadorizada do Cotovelo Tomografia Computadorizada do Antebraço Tomografia Computadorizada do Punho Tomografia Computadorizada da Mão Tomografia Computadorizada dos Arcos Costais Tomografia Computadorizada da Coluna Cervical	UND	750		



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

Tomografia Computadorizada da Coluna Torácica (dorsal)				
Tomografia Computadorizada da Coluna Lombar				
Tomografia Computadorizada do Sacro				
Tomografia Computadorizada do Coccix				
Tomografia Computadorizada da Articulação Coxo – Femural				
Tomografia Computadorizada do Quadril				
Tomografia Computadorizada da Bacia				
Tomografia Computadorizada do Femur (coxa)				
Tomografia Computadorizada Joelho				
Tomografia Computadorizada da Perna				
Tomografia Computadorizada do Tornozelo				
Tomografia Computadorizada do Calcâneo				
Tomografia Computadorizada do Pé				

OBS.: ESTA PLANILHA DEVERÁ ESTAR ASSINADA CARIMBADA E EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DENTRO DO EVELOPE "A" PROPOSTA DE PREÇO.



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

PLANILHA DE CUSTO UNITÁRIO DO LOTE III

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEM CONTRASTE

ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Tomografia Computadorizada do Abdome Superior (Fígado, Baço, Pâncreas e Rins) Tomografia Computadorizada do Abdome Inferior (Pelve) Tomografia Computadorizada do Tórax	UND	1.200		

OBS.: ESTA PLANILHA DEVERÁ ESTAR ASSINADA CARIMBADA E EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DENTRO DO EVELOPE "A" PROPOSTA DE PREÇO.



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

PLANILHA DE CUSTO UNITÁRIO DO LOTE IV

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM CONTRASTE

ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Tomografia Computadorizada do Abdome Superior (Fígado, Baço, Pâncreas e Rins) Tomografia Computadorizada do Abdome Inferior (Pelve) Tomografia Computadorizada do Tórax	UND	750		

OBS.: ESTA PLANILHA DEVERÁ ESTAR ASSINADA CARIMBADA E EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA, DENTRO DO EVELOPE "A" PROPOSTA DE PREÇO.



ANEXO VI

(MODELO) DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

PROCESSO Nº: 15321/ 2018

PREGÃO Nº 08 / 2019

DECLARAÇÃO

(nos termos da Lei Federal n.º 9854/99)

Eu, _____, (nome completo) representante legal da empresa _____, (nome da pessoa jurídica) interessada em participar no processo licitatório n.º 13342/2018, Pregão nº 08 / 2019, **declaro, sob as penas da Lei, que, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8666/93 que a referida empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.**

Saquarema, ** de ***** de 2019.

Assinatura/Carimbo Representante Legal

OBS.: Esta declaração deverá ser colocada dentro do envelope habilitação, junto com os demais documentos.



ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX /2018

DO PREGÃO PRESENCIAL Nº XX / 2018.

Aos XXXX dias do mês de XXXX do ano de 2017, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Rua Coronel Madureira, n.º 77 – Centro – Saquarema – RJ – CEP Nº 28990-000, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº ***** e inscrita no CPF sob o nº *****, no uso de suas atribuições e com base no Resultado do Pregão Presencial nº 08 /2019 constante no Processo Administrativo nº 13342/2018, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX, Representado pelo sr (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX portador do RG XXXXXXXXXXXXXXXX e no CPFXXXXXXXXXXXXX, sujeitando-se as partes às determinações da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1. DO OBJETO

A presente ATA tem por objeto Registro de Preços para aquisição de medicamento para atender as demandas dos setores de Saúde do Município de Saquarema, conforme especificações constantes do Termo de Referência deste Edital, de acordo com o Processo Administrativo nº 13342/2018.

2. DO CONTRATADO

2.1 O(s) preço(s), a(s) quantidade(s), o(s) fornecedor (es) e as especificações do(s) material(ais) registrados nesta Ata, encontram-se indicados na(s) tabela(s) abaixo(s):

FORNECEDOR:					
ENDEREÇO:					
CNPJ:					
TELEFONE:					
CONTATO:					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO - LOTE I SEM CONTRASTE	U.M.	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Tomografia Computadorizada do Crânio Tomografia Computadorizada da Órbita Tomografia Computadorizada dos Ossos da Face Tomografia Computadorizada do Seios da Face Tomografia Computadorizada da Mastoide Tomografia Computadorizada da Mandíbula	UND	2500		



Tomografia Computadorizada dos Arcos Zigomáticos			
Tomografia Computadorizada Cavum			
Tomografia Computadorizada do Meato Auditivo Externo			
Tomografia Computadorizada da Sela Turca			
Tomografia Computadorizada Pescoço			
Tomografia Computadorizada da Articulação Temporo – Mandibular (ATM)			
Tomografia Computadorizada da Clavícula			
Tomografia Computadorizada do Esterno			
Tomografia Computadorizada da Escápula			
Tomografia Computadorizada do Ombro			
Tomografia Computadorizada do Úmero (braço)			
Tomografia Computadorizada do Cotovelo			
Tomografia Computadorizada do Antebraço			
Tomografia Computadorizada do Punho			
Tomografia Computadorizada da Mão			
Tomografia Computadorizada dos Arcos Costais			
Tomografia Computadorizada da Coluna Cervical			
Tomografia Computadorizada da Coluna Torácica (dorsal)			
Tomografia Computadorizada da Coluna Lombar			
Tomografia Computadorizada do Sacro			
Tomografia Computadorizada do Coccix			
Tomografia Computadorizada da Articulação Coxo – Femural			
Tomografia Computadorizada do Quadril			
Tomografia Computadorizada da Bacia			
Tomografia Computadorizada do Femur (coxa)			
Tomografia Computadorizada Joelho			



	Tomografia Computadorizada da Perna Tomografia Computadorizada do Tornozelo Tomografia Computadorizada do Calcâneo Tomografia Computadorizada do Pé				
02	Tomografia Computadorizada do Crânio Tomografia Computadorizada da Órbita Tomografia Computadorizada dos Ossos da Face Tomografia Computadorizada do Seios da Face Tomografia Computadorizada da Mastoide Tomografia Computadorizada da Mandíbula Tomografia Computadorizada dos Arcos Zigomáticos Tomografia Computadorizada Cavum Tomografia Computadorizada do Meato Auditivo Externo Tomografia Computadorizada da Sela Turca Tomografia Computadorizada Pescoço Tomografia Computadorizada da Articulação Temporo – Mandibular (ATM) Tomografia Computadorizada da Clavícula Tomografia Computadorizada do Esterno Tomografia Computadorizada da Escápula Tomografia Computadorizada do Ombro Tomografia Computadorizada do Úmero (braço) Tomografia Computadorizada do Cotovelo Tomografia Computadorizada do Antebraço Tomografia Computadorizada do Punho Tomografia Computadorizada da Mão Tomografia Computadorizada dos Arcos Costais Tomografia Computadorizada da Coluna Cervical	UND	750		



	Tomografia Computadorizada da Coluna Torácica (dorsal) Tomografia Computadorizada da Coluna Lombar Tomografia Computadorizada do Sacro Tomografia Computadorizada do Coccix Tomografia Computadorizada da Articulação Coxo – Femural Tomografia Computadorizada do Quadril Tomografia Computadorizada da Bacia Tomografia Computadorizada do Femur (coxa) Tomografia Computadorizada Joelho Tomografia Computadorizada da Perna Tomografia Computadorizada do Tornozelo Tomografia Computadorizada do Calcâneo Tomografia Computadorizada do Pé				
03	LOTE III – SEM CONTRASTE Tomografia Computadorizada do Abdome Superior (Fígado, Baço, Pâncreas e Rins) Tomografia Computadorizada do Abdome Inferior (Pelve) Tomografia Computadorizada do Tórax	UND	1.200		
04	LOTE IV – COM CONTRASTE Tomografia Computadorizada do Abdome Superior (Fígado, Baço, Pâncreas e Rins) Tomografia Computadorizada do Abdome Inferior (Pelve) Tomografia Computadorizada do Tórax	UND	750		

VALOR TOTAL PARA OS LOTE I, II, III e IV É DE R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXX)

3. DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO

3.1 O objeto desta licitação deverá ser fornecido de acordo com o cronograma de entrega por parte secretaria solicitante.



3.2 A solicitação de Fornecimento será enviada para a fornecedora, através de um requerimento elaborado pela Secretaria solicitante.

4. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

4.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1.1 A CONTRATADA compromete-se, durante a vigência da ATA:

- I. Para o bom e fiel atendimento desta ata, deverá a CONTRATADA, obrigatoriamente, cumprir rigorosamente ao disposto no Pregão em epígrafe;
- II. Todos os tributos, encargos e ou contribuições que incidam sobre a execução desta ata, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;
- III. A CONTRATADA é a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à municipalidade, ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta ATA, respondendo por si e por seus sucessores;
- IV. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- V. A CONTRATADA se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ATA em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou do material empregados, nos termos do art. 69;
- VI. A CONTRATADA é a única responsável pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, resultante da execução da ATA, não tendo, nesse sentido, os seus empregados e prepostos, qualquer vínculo com o Município;
- VII. Fornecer os produtos em conformidade com o solicitado no item 2 do Termo de Referência;
- VIII. Cumprir com os prazos de fornecimento determinados no Termo de Referência;
- IX. Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;
- X. A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente àquele descrito no TERMO DE REFERÊNCIA e, por conseguinte, na ATA e Nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daqueles;
- XI. Submeter-se à fiscalização da SMS, através do setor competente, que acompanhará o fornecimento do material, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- XII. As penalidades ou multa impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto de presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;
- XIII. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes;
- XIV. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela CONTRATANTE.

4.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.2.1. São obrigações de exclusiva conta e responsabilidade da **CONTRATANTE**, afora outras, não previstas no presente Edital e que por Lei lhe couberem:

- I. Cumprir na íntegra o estabelecido na presente ata de registro de preço;



- II. Designar um servidor como fiscal para acompanhar e gerenciar a execução da ata e atestar as faturas conforme previsto no art. 67 da Lei 8.666/93. A fiscalização e aprovação do serviço ficará a cargo do servidor *** matrícula ***.
- III. O extrato da presente ata será publicado, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.
- IV. Responsabilizar-se, após o devido processo licitatório, lavrar a ATA com base nas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- V. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- VI. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação, através da unidade responsável por esta atribuição.
- VII. Zelar para que durante a vigência da ATA, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.
- VIII. Serão consideradas, para efeito de pagamento, as compras efetivamente realizadas pela CONTRATADA e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

5. DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante o fornecimento ora solicitado, com a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada por servidores municipais.

5.2 A nota de empenho será emitida quando da solicitação de fornecimento de acordo com a especificação e as quantidades solicitadas.

5.3 Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - cofins e a contribuição para o PIS/PASEP, conforme art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa nº 306, de 12/03/03 e Lei nº 9.718, de 27/11/98.

5.4 As empresas optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte), não sofrerão a retenção na fonte dos valores acima citados, conforme o disposto no inciso XI do art. 25 da Instrução Normativa nº 306, de 12/03/03, devendo apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, cópia do termo de opção e a declaração de que trata o artigo 26 da IN/SRT nº 306, de 12/03/03, em duas vias, assinadas pelo representante legal.

5.5 Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - **CND** expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade do FGTS- **CRF** expedido pela CEF e CNDT- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal-fatura as cópias devidamente atualizadas.

6. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93, com as devidas justificativas.

6.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata de promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.



6.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

A) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

B) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

C) Convocados os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

6.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

A) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

B) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.5 As alterações referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro serão procedidas de republicação do extrato da ata, que farão parte da mesma, como se nela estivesse transcrita.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

A) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

B) não aceitar a Solicitação de Fornecimento e a Nota de Empenho no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

C) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

D) presentes razões de interesse público.

7.2 O cancelamento do Registro do fornecedor ou de item constante da Ata, será formalizado por despacho do Ordenador de Despesa assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro ou de item registrado na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 A despesa decorrente da presente aquisição correrá a conta da Dotação Orçamentária que estará livre no momento do empenho da Secretaria Solicitante.

9. DA VIGÊNCIA

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.

10. DA VIGÊNCIA e DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



10.1. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da ata e consequentemente da assinatura dos licitantes, nos termos do art. 9º do Decreto Municipal n.º 1.150 de 13.12.2011;

10.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a Prefeitura Municipal de Saquarema, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013.

10.3. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à Prefeitura Municipal de Saquarema, conforme estabelece a legislação vigente em nosso ordenamento jurídico.

10.4. Os quantitativos a serem disponibilizados decorrentes das adesões obedecerão ao disposto no parágrafo 4º, do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/13.

11. DAS PENALIDADES

11.1 Ao licitante que retardar a execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da ATA e prestar informações inverídicas, garantido o direito prévio da ampla defesa, o município poderá aplicar as penalidades a seguir relacionadas, sem prejuízo das demais previstas na Lei nº 10.520/02 e no art.87 da Lei nº 8.666/93:

11.2 Em caso de inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA está sujeita às seguintes penalidades, garantida prévia defesa:

A) advertência;

B) multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da ATA, por dia de atraso injustificado ou justificado e não aceito, na entrega do material. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias a ATA poderá ser rescindido;

C) suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração por prazo de até 5(cinco) anos e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores;

D) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ATA por infração de qualquer outra cláusula contratual, dobrável na reincidência.

11.3 A recusa injustificada da firma adjudicatária em receber a Nota de Empenho no prazo de 48 (quarenta e oito horas) após a convocação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

11.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, sem efeito suspensivo.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera para a administração, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada no respectivo Edital de Licitação.



12.2 As empresas signatárias desta Ata, cujo preço é registrado, declaram estarem cientes das suas obrigações para com o município de Saquarema, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo órgão licitante, poderá ser utilizada por qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório.

12.4 As demais condições da contratação estão consignadas à Ata de Registro de Preços.

13. DO FORO

13.1 É competente o Foro da Comarca de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

14. DA CONCLUSÃO

14.1 E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 04 (**quatro**) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ordenador de Despesa

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

CNPJ XXXXXXXXXX

<i>Testemunha</i>	<i>Testemunha</i>
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
RG:	RG:



ANEXO VIII – (MODELO)

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

PROCESSO: 15321 / 2018

PREGÃO Nº 08 / 2019

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS OU SUPERVENIENTE.

A _____ Firma/Empresa
_____, sediada na rua
_____, no _____, __ (cidade) __, __ (estado) __, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa
Jurídica (C.N.P.J.) sob o no _____, por seu representante legal (Diretor, Gerente, Proprietário,
etc.), DECLARA, sob as penas da lei, a INEXISTÊNCIA de fatos supervenientes, que impossibilitem sua
habilitação no Pregão 08 / 2019, pois que continuam satisfeitas as exigências previstas no art. 27 da Lei
nº 8.666/93 e alterações.

Saquarema ** de ***** 2019

Assinatura / Carimbo Representante Legal

OBS.: Esta declaração deverá ser colocada dentro do envelope habilitação, junto com os demais documentos.



ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____

(MODALIDADE DE LICITAÇÃO) Nº _____

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____

CONTRATO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA E PELA EMPRESA _____, QUE TEM POR OBJETO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE NAZARETH, POLICLÍNICA MUNICIPAL CARLOS CAMPOS DA SILVEIRA, POSTOS DE URGÊNCIA, POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E CENTRAL DE REGULAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAQUAREMA, inscrito no CNPJ sob o nº. 32.147.670/0001-21, com sede na Rua Coronel Madureira, 77– Centro, Saquarema – RJ, CEP 28990-000, doravante denominado MUNICÍPIO, representado pelo Secretário (a) XXXXXX, Senhor (a) XXXXXX, brasileiro(a), portador (a) da carteira de identidade nº. XXXX, expedida pelo XXXX, e inscrito (a) no CPF sob o nº. XXXXX.,

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ (MF) n.º _____, localizada no (a) _____, representada pelo(a) _____ Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF (MF) n.º _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por _____.

Pelo presente instrumento, devidamente autorizado pelo Processo Administrativo nº _____/2018, e em conformidade ao Pregão nº 08/2019 e Ata de Registro de Preços nº ____/____, regido pela Lei nº 8666/93, CONTRATANTE e a CONTRATADA acima identificados, e pelos seus representantes no final qualificados, tem justo e acordado, por si e eventuais sucessores, a execução, pela segunda, do objeto abaixo descrito, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto desse contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames de diagnósticos por imagem de Tomografia Computadorizadas para atender as necessidades do Hospital Municipal Nossa Senhora de Nazareth, Policlínica Municipal Carlos Campos da Silveira, Postos de Urgência, Postos de Saúde da Família e Central de Regulação. Para todos os efeitos legais,



para melhor caracterização do objeto contratual, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, o Edital de Pregão – Registro de Preço nº _____/2018 e seus anexos, como se nele estivessem transcritos. Os documentos referidos na presente cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e desta forma reger a execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo de vigência deste contrato será de _____ (_____) meses e o prazo para a entrega do objeto será de _____, contados a partir da autorização para o início da entrega, emitida pela Secretaria Municipal de _____, ou pessoa por ela autorizada para este fim, sem qualquer interrupção, podendo ser alterado por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificações do objeto do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Pelo cumprimento do exposto na Cláusula Primeira o Contratante pagará à Contratada o valor de _____ (_____), para quantidade, totalidade e período, conforme especificado no anexo I (Termo de Referência).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO – O pagamento será realizado, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) devidamente atestada(s) por 02 (dois) servidores;

PARÁGRAFO ÚNICO – A Contratante efetuará ampla fiscalização dos serviços prestados pela Contratada, através da Secretaria de Municipal de _____, na pessoa de servidor designado como fiscal de contrato, a que compete exigir o cumprimento das obrigações deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1% (um por cento), calculada sobre o valor total do contrato (ou sobre o valor do empenho), no caso de o licitante não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratada promova sua reabilitação.

CLÁUSULA QUINTA – A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as cominações daí advindas nos termos do Art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93, além dos motivos previstos no Art. 78 do referido diploma legal.

CLÁUSULA SEXTA – É vedado à Contratada ceder, transferir ou subcontratar os serviços ou o contrato, de forma total ou parcial, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – Em caso de cessão, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável com a cessionária ou sub CONTRATADA, tanto em relação à CONTRATANTE como perante terceiros pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais.



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

CLÁUSULA OITAVA – Qualquer cessão ou subcontratação sem a devida autorização da CONTRATANTE, será nula e sem qualquer efeito, além de constituir infração contratual passível das cominações legais e cabíveis.

CLÁUSULA NONA – A contratada reconhece o direito da administração de rescisão motivada por inexecução total ou parcial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA é a única responsável perante terceiros, pelas consequências dos atos praticados pelo seu pessoal na execução dos serviços e uso de equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – São partes integrantes deste contrato, a proposta da contratada e seus anexos, sendo que a interpretação e a aplicação deste contrato serão dadas pela Legislação vigente, e especialmente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Aplica-se a este contrato a aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais legislações pertinentes.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas com o presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária PT _____, FICHA _____, ND _____ do orçamento vigente oriundo da Secretaria Municipal de _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO – A publicação resumida do presente instrumento será providenciada pela Contratante nos termos do artigo 26 c/c parágrafo único do artigo 61, ambos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO – As partes elegem o foro da Cidade de Saquarema – RJ para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Saquarema, _____.

Secretário Municipal de _____
CONTRATANTE

Representante: _____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Processo nº 13.342/2018

RUBRICA _____ FLS. _____

ASSINATURA _____

NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA _____



ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL

À

Prefeitura Municipal de Saquarema – PMS

Rua Coronel Madureira, 77, Sala 211 – Centro, Saquarema – RJ.

Comissão Especial de Licitação - Pregão

Ref.: Pregão Nº 08/ 2019.

Para efeito do Edital em referência, declaramos o seguinte:

1. Que o prazo de validade dos preços e condições da nossa proposta é de 60 (Sessenta) dias corridos, após o encerramento do Certame.
2. Que aceitaremos todas as condições contidas neste Edital e seus anexos.
3. Que os produtos e/ou Serviços ofertados atendem satisfatoriamente ao fim a que se destina, com qualidade, originalidade, rendimento e segurança, sob pena da aplicação das Penalidades Legais.
4. Que os Preços ofertados já estão inclusos todos os impostos pertinentes.
5. Que o nosso CNPJ é _____, referente ao seguinte endereço: _____.
6. Que o nosso telefone é (__) _____.
7. Que os preços apresentados refletem os de mercado no momento;
 - a) compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, taxas, fretes, seguros, etc...;
 - b) são irremediáveis durante a validade da proposta;
8. Declara ter ciência que uma vez apresentada a proposta de preços, não será admitida desistência da mesma, cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas;
9. Condições e prazo de garantia, conforme o disposto no Anexo I e da Proposta de Preços Anexo V, deste Edital, salvo se a proposta contemplar condições e prazos mais vantajosos para a PMS;
10. Que os pagamentos serão creditados na conta- corrente abaixo discriminada:

Local e data.

Empresa

Assinatura do Representante

Carimbo

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e colocada no Envelope "A" – Proposta de Preços.



ANEXO XII (MODELO)

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO: 13342/2018

Pregão: 08/2019

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é _____ (MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Saquarema, ** de ***** de 2019.

(Assinatura)

(Carimbo CNPJ)

OBS.: Esta declaração deverá ser colocada dentro do envelope habilitação, junto com os demais documentos ou quando solicitado no Edital deverá ser entregue junto com os documentos de Credenciamento, fora dos envelopes.



ANEXO XIII – (MODELO)
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: liquidez corrente - LC, liquidez geral - LG e solvência geral - SG.

LC= Ativo Circulante
Passivo Circulante

LG= Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo

SG= Ativo Total .
Passivo Circulante(+) Exigível a Longo Prazo

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez corrente	índice maior ou igual a 1,00
Liquidez geral	índice maior ou igual a 1,00
Solvência geral	índice maior ou igual a 1,00

OBS: O documento deverá conter a assinatura original do contador.